

Feiticeiras, xamãs, o fio e os rastros: experiências com o paradigma indiciário

Alexandre de Oliveira Bazilio de Souza¹

Resumo: O presente texto explora o artigo *Feiticeiras e xamãs*, de Carlo Ginzburg, no intuito de relacionar a trajetória do autor em torno do tema da feitiçaria com o paradigma indiciário por ele mesmo apresentado. Para isso, são analisadas questões teóricas referentes aos diálogos entre história e antropologia e à subjetividade do pesquisador. Como conclusão, cogita-se que o posicionamento mais conservador de Ginzburg no que tange à natureza da narrativa histórica aparece como defesa ao ofício do historiador, explicitada amiúde em seus últimos trabalhos.

Palavras-chave: feitiçaria; história; antropologia; subjetividade

Abstract: This text explores the article *Witches and Shamans*, by Carlo Ginzburg, in attempt to associate the author's trajectory surrounding the theme of witchcraft with the evidential paradigm by Ginzburg himself presented. In order to do so, theoretical questions related to subjectivity of the researcher and the frontiers between history and anthropology are discussed. In conclusion, it is cogitated that Ginzburg's conservative position when it comes to the nature of historic narrative works as a defense of the historian métier, often brought up in his latest essays.

Keywords: witchcraft; history; anthropology; subjectivity

¹ Doutorando em História pela Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: alexbazilio@yahoo.com.br. Endereço: Laboratório de História, Poder e Linguagem. Campus Universitário de Goiabeiras. Av. Fernando Ferrari, 514. Vitória - ES - CEP 29075-910.

Considerações iniciais

No décimo quinto e último capítulo de *O fio e os rastros* (2006), intitulado *Feiticeiras e xamãs*, Carlo Ginzburg dedica-se a explicar o percurso que o levou às pesquisas sobre feitiçaria, que culminariam em dois de seus mais famosos livros. O primeiro chamava-se originalmente *I benandanti: stregoneria e culti agrari tra Cinquecento e Seiscento* (1966), publicado no Brasil décadas mais tarde. O segundo tem como título original *Storia notturna: Una decifrazione del Sabba* (1989) e chegou ao Brasil primeiramente através de uma versão portuguesa de 1991. A brasileira foi lançada oito anos depois. Estamos diante assim de cerca de meio século de história sobre seu próprio ofício; um autorrelato que parece dialogar diretamente com as bases do paradigma difundido por Ginzburg, responsável por grande parte de sua fama. É justamente o paradigma indiciário o cerne deste texto, em que busco problematizar as questões levantadas pelo autor, juntamente com aspectos tanto adjacentes quanto inerentes ao artigo citado: a natureza do texto historiográfico, questões teóricas e a relação da subjetividade com o ofício do historiador.

Paradigma Indiciário

Em seu artigo *Sinais: raízes de um paradigma indiciário*, Ginzburg descreve o modo como procede em suas pesquisas; não se trata exatamente de metodologia, pelo menos, se considerado o sentido mais comumente a esse termo empregado (Ginzburg, 1989, p.143-179). Por metodologia, entende-se frequentemente um plano sistemático previamente definido, que determina de maneira mais ou menos fechada os passos a serem tomados em uma pesquisa. Ginzburg, por outro lado, afirma que não segue tal proposta, pois para ele a descrição das etapas de um trabalho investigativo só pode ocorrer após sua conclusão. No artigo base deste texto, o autor explica de forma bastante clara essa ideia:

O grande sinólogo francês Marcel Granet disse certa que vez “la méthode, c’est la voie après qu’on l’a parcourue”, o método é o caminho depois que o percorremos. A palavra “método” deriva efetivamente do grego, mas a etimologia proposta por Granet — *meta-hodos*, depois do caminho — talvez seja imaginária. Em todo caso, a tirada brincalhona de Granet tinha um conteúdo sério, ou melhor, polêmico: em qualquer âmbito científico, o discurso sobre o método só tem valor quando é a reflexão *a posteriori* sobre uma pesquisa concreta, e não quando se apresenta (o que é, de longe, o caso mais frequente) como uma série de prescrições *a priori*. [...]

Contar o itinerário de uma pesquisa quando ela já chegou a uma conclusão (ainda que se trate, por definição, de uma conclusão provisória) sempre comporta, é óbvio, um risco: o da teleologia. Retrospectivamente, as incertezas e os erros desaparecem, ou se transformam em degraus de uma escada que leva direto à meta: o historiador sabe desde o início o que quer, procura, por fim encontra. Mas na pesquisa real as coisas não são assim. A vida de um laboratório, descrita por um historiador com formação antropológica, como Bruno Latour, é muito mais confusa e desordenada (GINZBURG, 2007, p.294-295).

Desse modo, o paradigma indiciário apresenta-se não exatamente como uma alternativa de pesquisa, mas a descrição de todo trabalho investigativo, ainda que frequentemente posteriormente camuflado. Ginzburg utiliza-se de três exemplos em diferentes áreas de conhecimento para justificar não apenas essa inafastabilidade, mas a longa presença do paradigma na história humana: os métodos de Giovanni Morelli, Sherlock Holmes e Sigmund Freud (Ginzburg, 1989, p.143-179). No primeiro caso, um investigador almejava identificar obras de artes copiadas; no segundo, solucionar crimes; no terceiro, entender a mente humana. Mesmo para objetos diferentes, os três métodos aplicados têm em comum, além de terem sido criados por médicos, o uso daquilo que normalmente é negligenciado: detalhes, resíduos, vestígios, sintomas, pistas. Tal forma

de conhecimento teria, segundo o autor, raízes desde os tempos de caçador do homem, quando tal método foi essencial para sua sobrevivência.² O paradigma indiciário envolve, nesse sentido, um trabalho de investigação habilidoso, em que os pequenos detalhes são os mais relevantes. Isso se relaciona com o que o autor chama de excepcional normal, que se opõe ao uso restrito de fonte serial. Nesse sentido, o excepcional normal é uma fonte singular, particular. Seu uso é relevante a partir da constatação de que fontes seriais podem camuflar determinados aspectos da realidade. Nesse diapasão, “um documento que seja realmente excepcional (e, portanto, estatisticamente não frequente) pode ser muito mais revelador do que mil documentos estereotipados” (Ginzburg, 1991, p.177).

Ao estabelecer os alicerces do paradigma, Ginzburg almejava defender a especificidade da História, em oposição principalmente ao texto ficcional (Ginzburg, 2007, p.7-14). Seu posicionamento pode ser entendido a partir do *status quo* da disciplina na época em que foi estudante universitário, período em que os relatos históricos sofriam inúmeras críticas. Mesmo posteriormente, quando os teóricos buscaram defender o trabalho historiográfico justamente por meio de sua aproximação com a literatura (e obtiveram considerável atenção), Ginzburg repudiou tal perspectiva, insistindo na separação desses dois campos do saber.³ O subtítulo de *O fio e os rastros* fez referência direta a esse combate (termo usado pelo próprio Ginzburg)⁴: *Verdadeiro, falso, fictício*. Do mesmo modo, logo no

² Claudio Coelho relata pesquisas de antropólogos que corroboram a colocação de Ginzburg, na medida em que havia nesses agrupamentos humanos intensa troca de experiências, desenvolvimento de capacidade de percepção e intuição, aprimoramento de habilidades para caça e coleta de alimentos, entre outros atributos a esses assemelhados (COELHO, 2006).

³ Ao debater a história social anglo-americana no pós-guerra, Charles Tilly afirma que as discordâncias entre historiadores, que até 1990 rondavam em torno de polos chamados pelo autor de marxismo e modernização, passaram a oscilar entre o realismo e o reducionismo cultural-discursivo. O embate em que entrou Ginzburg está localizado justamente nesse segundo momento (TILLY, 2012, p.19).

⁴ “Contra a tendência do ceticismo pós-moderno de eliminar os limites entre narrações ficcionais e narrações históricas, em nome do elemento construtivo que é comum a ambas, eu proponha considerar a relação entre umas e outras como uma contenda pela representação da realidade. Mas, em vez de uma *guerra de trincheira*, eu levantava a **Sinais - Revista Eletrônica** – Núcleo de Estudos e Pesquisas Indiciárias, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, Brasil. ISSN: 1981-3988. Email: revistasinais@gmail.com

início do prefácio de seu livro, o autor afirma que seu trabalho como historiador consiste em “contar, servindo-se dos rastros, histórias verdadeiras (que às vezes tem como objeto o falso)” (Ginzburg, 2007, p.7).⁵

Teoria

Em termos teóricos, Ginzburg insere *Os andarilhos do bem e História Noturna* em uma perspectiva histórica pessoal, que o levou a abandonar a análise puramente histórica para uma combinação entre esta e a morfologia. Para entender esse caminho, é importante primeiramente estabelecer o que o autor quer dizer com essa dicotomia. Não por acaso, o subtítulo de sua obra teórica *Mitos, emblemas e sinais* traz justamente os termos morfologia e história, em cujo prefácio podemos encontrar a distinção a que se referiu:

Mencionei Longhi (e Morelli) — mas num sentido mais imediato meu modelo era e é o de Prop, por razões específicas e teóricas. Entre estas últimas, a distinção tão nítida, e heurísticamente tão fecunda (certamente não devida a pressões políticas externas), entre a *Morfologia do conto* e *As raízes históricas dos contos de fada*. Segundo minhas intenções, o trabalho de classificação deveria constituir uma fase preliminar, destinada a reconstruir uma série de fenômenos que gostaria de analisar historicamente. Tudo isso tornou-se subitamente claro para mim há anos, quando me deparei com a passagem das *Notas sobre o "Ramo de outro" de Frazer*, onde Wittgenstein contrapõe dois modos de

hipótese de um *conflito* feito de desafios, empréstimos recíprocos, hibridismos. Com as coisas nesses termos, não era possível *combater* o neoceticismo repetindo velhas certezas. Era preciso aprender com o *inimigo* para *combatê-lo* de modo mais eficaz” (GINZBURG, 2007, p.9, grifos meus).

⁵ Márcia Rodrigues explica o posicionamento de Ginzburg, para quem prova e retórica teriam uma posição dialética e não oposta, como elaborado por Nietzsche. Contrapondo-se assim ao relativismo pós-moderno (que enxerga a tensão entre retórica e prova como relação de força no sentido metodológico e político-ideológico), o paradigma indiciário coloca o trabalho do historiador como um ofício artesanal, separando o campo da História da ficção e literatura (RODRIGUES, 2005).

Sinais - Revista Eletrônica - Núcleo de Estudos e Pesquisas Indiciárias, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, Brasil. ISSN: 1981-3988. Email: revistasinais@gmail.com

apresentação do material, um sinóptico (eacrônico), o outro baseado numa hipótese de desenvolvimento também cronológico, acentuando a superioridade do primeiro. A remissão a Goethe (ao Goethe morfológico) é explícita, como o é na *Morfologia de conto* de Propp, escrita nos mesmos anos. Mas, diversamente de Wittgenstein, Propp considerava a análise morfológica um instrumento útil também para a investigação histórica, e não uma alternativa a ela (GINZBURG, 1989, p.13-4).

Aqui, Ginzburg já sugere uma possível combinação entre as duas perspectivas, o que está presente na trajetória teórica de quase meio século por que passou entre as duas obras supracitadas. Ao tratar do tema em *Feiticeiras e xamãs*, Ginzburg nos remete ao prefácio de *Os andarilhos do bem*, ponto de partida provisório desse percurso. Provisório porque veremos que o dilema por que passou o autor deve ser entendido em perspectiva temporal ainda maior do que os quase cinquenta anos que separam as publicações das duas obras. Por enquanto, contudo, restringir-nos-emos a trecho do citado prefácio:

Folcloristas e historiadores das religiões poderão extrair desse material documental conclusões bem mais amplas, corrigindo os erros e preenchendo as lacunas de informação de quem escreve, bem como utilizando de modo mais amplo o método comparativo. Servi-me desse último, como se verá, com muita cautela; ou, para ser mais preciso, servi-me de um só dos métodos de comparação distinguidos em seu tempo por M. Bloch: o mais propriamente historiográfico. Por esse motivo, não foi enfrentado o problema da conexão, indubitável, que existe entre *benandanti* e xamãs. E, com isso, chegamos às características e aos limites de formulação desta pesquisa.

Sobre os *benandanti* não existem estudos de qualquer espécie. Os que se ocuparam, com intenções científicas ou reevocativas, das tradições populares friulanas — G. Marcotti, E. Fabris Bellavitis, V. Ostermann, A. Lazzarini, G. Vidossi e outros — registraram o termo “benandante” como sinônimo de “feiticeiro”, mas sem

perceber por trás dele a existência de um problema. [...] Na realidade, a sinonímia entre “benandante” e “feiticeiro” constitui, como mostraremos, apenas o estágio terminal e cristalizado de um desenvolvimento complexo, contraditório, que é possível reconstruir com notável precisão em suas várias fases.

Pode-se afirmar, portanto, que a própria possibilidade deste estudo estava de certo modo ligada a uma formulação diversa daquela presente na folclorista tradicional. Essa diversidade inicial foi voluntariamente acentuada no curso da pesquisa. Com efeito, buscamos captar, por trás da aparente uniformidade dessas crenças, as diversas atitudes dos homens e das mulheres que as viviam, bem como a modificação delas sob o impulso de estímulos de vários gêneros, tanto populares quanto inquisitoriais. Os aspectos exclusivamente folclóricos do problema foram assim nitidamente subordinados a uma perspectiva de investigação declaradamente histórica (GINZBURG, 1988, p.11-2).

No extrato, Ginzburg explica que a análise realizada em *Os andarilhos do bem* é restritamente histórica porque o problema que aqui quer enfrentar possui natureza eminentemente histórica: de que modo, ao longo do período temporal pesquisado, o termo *benandanti* passa a ser associado à feitiçaria. Curiosamente, esse problema nasce justamente da crítica que o autor faz a folcloristas que falharam em perceber que tal associação não foi permanente ao longo do tempo.

As ferramentas do ofício que permitiram o autor a realizar tal tarefa possuem, entretanto, limitações. Essas ficaram claras durante as pesquisas para *História Noturna*, quando o recorte geográfico expandiu-se e não era mais possível fazer incursões diretas entre os andarilhos e outras crenças espalhadas pela Europa. Ao mesmo tempo, o autor desconfiava fortemente que as semelhanças entre tais fenômenos não eram mera coincidência. É diante dessa luta de forças aparentemente opostas que nasce esse outro livro, em que o autor busca combinar as

abordagens histórica e morfológica para explicar a imagem criada em torno da bruxaria ou, especificamente, o sabá, o encontro noturno de bruxas e feiticeiros.⁶ Na primeira parte do livro, eminentemente histórica, o autor discute o surgimento da ideia de conspiração, fundamental para o enquadramento inquisitorial do sabá. Na segunda parte, puramente morfológica, analisa-se uma série de cultos extáticos do tipo xamânico, de diferentes regiões da Europa. Na terceira parte, especificamente em seu primeiro capítulo, o autor retoma a perspectiva histórica, para tentar tecer uma linha de difusão de crenças e práticas xamânicas da Ásia em direção à Europa. Termina, contudo, afirmando os limites para explicações que excluem o caráter morfológico das teorias difusionistas, a partir da colocação de Claude Lévi-Strauss, de que “a transmissão cultural pode ser explicada pelas relações externas, mas somente as relações internas são capazes de explicar a permanência” (Ginzburg, 2007, p.308-9). Assim, no capítulo seguinte, o autor faz a combinação das duas abordagens.^{7 e 8}

⁶ “Bruxas e feiticeiros reuniam-se à noite, geralmente em lugares solitários, no campo ou na montanha. Às vezes, chegavam voando, depois de ter untado o corpo com unguentos, montando bastos ou cabos de vassoura; em outras ocasiões, apareciam em garupas de animais ou então transformados eles próprios em bichos. Os que vinham pela primeira vez deviam renunciar à fé cristã, profanar os sacramentos e render homenagem ao diabo, presente sob a forma humana ou (mais frequentemente) como animal ou semianimal. Seguiam-se banquetes, danças, orgias sexuais. Antes de voltar para casa, bruxas e feiticeiros recebiam unguentos maléficos, produzidos com gordura de criança e outros ingredientes” (GINZBURG, 2012, p.9).

⁷ Em entrevista realizada no Brasil em 1989, Ginzburg faz outra importante comparação entre história e antropologia: “O antropólogo analisa uma comunidade qualquer não por ela mesma, mas porque através dela levanta questões. As pesquisas antropológicas têm uma ligação com a história do gênero humano que não é diacrônica. Ora, no campo da história aconteceu exatamente o contrário: a partir do século XVIII, XIX, surgiram temas que se justificavam por si mesmos sobretudo porque estavam ligados a histórias nacionais. Este era o framework, o quadro geral” (História e Cultura, 1990, p.7).

⁸ Outro ponto de diferença entre *Os andarilhos do bem* e os trabalhos posteriores de Ginzburg sobre feitiçaria é uso do termo mentalidades no lugar de cultura popular. Jose Lima defende que tal diferença se deu somente como uma homenagem a Marc Bloch e não por uma efetiva mudança de fundamentação teórica, já que Ginzburg jamais haveria realizado história das mentalidades *stricto sensu*, ao menos, não como descreveu Peter Burke. Essa tese diferiria da de Ronaldo Vainfas, para quem *Os andarilhos* derivaria diretamente das irradiações temáticas da terceira geração dos *Annales* (LIMA, 2008).

Subjetividade

Intrigantemente, a partir dessa disputa interna entre história e morfologia, Ginzburg assume a importância da subjetividade, em detrimento do tecnicismo, em suas escolhas como pesquisador. Em *História Noturna*, por exemplo, o autor associa a morfologia ali presente à influência de sua mãe, sob a ideia de um “pessoal jusnaturalismo”, e o historicismo vindo de seu pai.⁹ No final, Ginzburg reconhece que a conclusão de seu livro só foi possível após encontrar “uma solução que fosse compatível não apenas com as exigências da documentação mas também com minhas exigências psicológicas” (Ginzburg, 2007, p.309). A primeira parte de *Feiticeiras e xamã*, desse modo, é dedicada exclusivamente a explicar tais circunstâncias pessoais, que levaram o autor a se interessar pelo tema da feitiçaria quando ainda era estudante universitário.

Foi no fim dos anos cinquenta, quando graduando na universidade de Pisa, que Ginzburg primeiramente deparou-se com a temática da feitiçaria. Nessa época, tal assunto já era visitado por acadêmicos, principalmente antropólogos. Historiadores, por outro lado, consideravam-no objeto meramente curioso, sem maior valor intelectual. Algumas décadas depois, entretanto, a feitiçaria entrou na pauta dos estudos historiográficos, mesmo que de modo limitado (com foco principal na perseguição e aspectos culturais e sociais do fenômeno). Surpreendentemente, apesar do desprezo dos colegas de profissão, a feitiçaria foi responsável pela escolha definitiva de Ginzburg pela História, que vivia até então em dúvidas sobre o seguimento em seu curso universitário. E justamente essa coincidência entre o menosprezo dos colegas de ofício e sua paixão instantânea, acredita o autor, foi

⁹ Não está explicitado no texto o motivo por que Ginzburg associa historicismo a seu pai. Na supramencionada entrevista, o autor menciona que o pai era professor de literatura, o que talvez possa explicar tal associação (*História e cultura*, 1990, p.1).

responsável por grande parte de seu sucesso profissional. Mera sorte? Ginzburg acredita que não (Ginzburg, 2007, p.295-6; p.298-9).

Natalia Ginzburg costumava ler para seu filho Carlo fábulas do escritor oitocentista Luigi Capuana, relatos repletos de magia e terror. Também a vizinha Crocetta contava a Carlo e seu irmão histórias de madrastas que comiam enteados e esqueletos cantantes. Para Ginzburg, essas experiências infantis estão diretamente relacionadas com seu fascínio pela feitiçaria. De seu pai, veio a influência esquerdista, questionadora. Russo, Leone Ginzburg passou também ao filho a simpatia pela sociedade camponesa, pelo populismo. Similarmente, da mãe aprendeu que inteligência, privilégio social e cultura não caminham necessariamente juntos. Ideologicamente então, o fascínio pela feitiçaria teria como foco o aspecto comum aos valores recebidos: as vítimas da perseguição. Sua origem judaica, do mesmo modo, encaixava-se aqui perfeitamente. Quando trouxe o tema para a História, Ginzburg não fez como seus colegas; ao invés, procurou dar voz aos atores então calados (Ginzburg, 2007, p.296-9).

No que tange ao trabalho do historiador, entretanto, Ginzburg faz algumas restrições ao seu caráter subjetivo, ainda que não o negue. Para o autor, a possibilidade da análise crítica da fonte, pela leitura a contrapelo, por exemplo, seria um indicativo de que é possível, ao menos, buscar pelo não falso deixado pelos vestígios documentais (Ginzburg, 2007, p.9-12).

O percurso da feitiçaria

O início das pesquisas de Ginzburg sobre feitiçaria deu-se com a leitura de processos da Inquisição no Arquivo de Estado de Módena, na Itália. Chamou sua atenção um processo de 1519 contra Anastasia la Fraponna, uma camponesa acusada de ter tentando assassinar, por meio de magia, os patrões que a haviam despedido. Inicialmente, esse episódio foi

interpretado pelo autor como hipótese de que a feitiçaria seria instrumento elementar de luta de classes. Isso partia principalmente da escuta das vozes de acusação. Entretanto, Ginzburg se predispôs a também ouvir uma voz mais silenciosa, a da vítima, abrindo a possibilidade de análise no plano cultural, mesmo que ainda considerada sua primeira hipótese. À época, não lhe estava claro qual rumo tomar; por isso, prosseguiu na busca por outras fontes, indo parar no Arquivo de Estado de Veneza. Lá, deparou-se com o interrogatório de 1591 de Menichino della Nota, pastor que, quatro vezes ao ano, saía à noite em espírito juntamente com os *benandanti* para combater feiticeiros e garantir uma boa colheita. Um estado de excitação tomou conta de Ginzburg, que não conseguia acreditar na sorte que teve em encontrar tão raro documento. Outra vez, retrospectivamente, o autor passa a enxergar sua trajetória como menos aleatória, ao compreender que a grande maioria dos pesquisadores tenderia a descartar um achado como o seu, considerando-o mera anedota. Seu papel como historiador estaria justamente no reconhecimento do novo entre a enxurrada de informações que chegam ininterruptamente (Ginzburg, 2006, p.301-5). Estamos diante assim do que o autor chamou outrora de excepcional normal.

Em outro artigo, desta vez de *Mitos, emblemas e sinais*, o autor apresenta mais um caso “excepcional” encontrado nos processos de Módena, em que explora tanto a feitiçaria como luta de classes quanto aspectos culturais nela presentes. Trata-se da perseguição feita a Chiara Signorini, iniciada em 9 de dezembro de 1518, quando o frade Bernardino de Castel Martino declarou que sua irmã era vítima, havia cinco anos, de malefícios de Chiara e seu marido. Ginzburg analisou os interrogatórios realizados nos meses seguintes, destacando duas características. Por um lado, a técnica e os objetivos claros do processo: o inquisidor que ludibria, com perguntas ambíguas e que infligem uma conotação negativa às palavras da acusada. Por outro lado, a esperteza da acusada, que se adequa à estratégia do juiz, em busca de alguma saída que não a incrimine. Nesse

sentido, as crenças de Chiara nem sempre são facilmente separáveis do que poderia ter inventado para não cair nas garras da Inquisição. A confissão, ao menos parcial, viria nos interrogatórios seguintes, realizados sob tortura. Diante do pedido de perdão, a pena de morte é convertida em prisão perpétua. Do episódio, o autor conclui a respeito dos limites da influência do inquisidor sobre a acusada, fazendo com que o depoimento final tenha elementos de ambos os atores (Ginzburg, 1989, p.16-38).

Conclusão

Diante do panorama apresentado, é possível agora traçar uma esquematização geral do texto *Feiticeiras e xamãs*, de modo a compreendermos seu percurso teórico-metodológico.

Primeiramente, no que tange à dimensão cronológica do artigo, temos uma temporalidade que se inicia no século XV, ronda até o século XVII e salta, por meio de digressão explicativa, até, pelo menos, 1989 (quando da publicação de *História noturna*) senão 2006 (com a publicação de *Feiticeiras e xamãs*). Isso significa que o intervalo temporal por que passeia o autor em seu texto passa por essa cronologia; por certo, em planos diferentes.

Em primeiro plano, temos o núcleo que podemos chamar de feitiçaria, envolvendo a conjuntura da história moderna europeia. Esse primeiro núcleo, que concentra o caro objeto de pesquisa de Ginzburg, divide-se dois segmentos: o primeiro, dos *benandanti*, geograficamente localizado na região de Friul entre os séculos XVI-XVII; o segundo, dos sabás, mais amplo tanto topográfica quanto temporalmente, já que se expande para Europa e Ásia entre os séculos XV e XVII.

Em segundo plano, vimos uma retrospectiva pessoal, com inúmeras digressões temporais: começa nos tempos de faculdade na década de 1950; salta para 1969 e 1989, com as publicações de *Os andarilhos do*

bem e *História noturna*, respectivamente; viaja entre esses dois limites, fazendo incursões na infância de Ginzburg, na história de seus pais, em escritos de Bloch de 1924, nos contos de Luigi Capuana no século XIX, entre outros.

O primeiro núcleo concentra os estudos do autor, porém o segundo explica como chegou a essa escolha. Há aqui uma interessante cadeia associativa no que toca à subjetividade do pesquisador ao optar por seu objeto; uma cadeia que, de modo circular, retorna a dois personagens constantemente visitados no texto: seus pais. Leone Ginzburg, russo, comunista, judeu, vítima e perseguido pelo regime fascista. Associado pelo autor com as bruxas, também vítimas e perseguidas pela Inquisição. Nesse centro de tensão também foi colocada sua mãe, que contava histórias infantis repletas de fantasia, horror e feitiçaria.

Em destaque nessa circularidade, encontra-se o problema levado por Ginzburg para o debate histórico: o estudo das vítimas das caças às bruxas promovidas pela Inquisição, transformando a feitiçaria em elemento da luta de classes. Essa perspectiva difere dos estudos historiográficos surgidos a partir da década de 70, porque o enfoque não estava mais na perseguição em si, mas nas relações de poder entre seus envolvidos. Como argumento para sustentar tal possibilidade, principalmente no que se refere a uma relação bilateral entre as classes de inquisidores e acusados, o autor defende a presença da voz dos perseguidos nos depoimentos que analisa, abrindo espaço assim para o estudo de uma história cultural popular.

Esse ponto nos leva ao dilema teórico enfrentado pelo autor e descrito em seu percurso acadêmico, mais claramente entre as pesquisas para *Os andarilhos do bem* e *História Noturna*: a construção de uma argumentação histórica ou estrutural. Se o primeiro livro reservou-se à primeira opção, o segundo trouxe uma dança entre as duas perspectivas, possibilitando o autor a direcionar essas escolhas segundo as questões relacionadas às

fontes e as suas inquietações pessoais. Aqui novamente Ginzburg se vê obrigado a refletir sobre sua própria subjetividade. Dessa vez, não para a escolha do objeto, mas a perspectiva que usa para estudá-lo. A digressão consiste em entender a origem de suas preferências ora pela história, ora pela morfologia, a que Ginzburg associa, respectivamente, seu pai e sua mãe: o primeiro pela visão histórica do homem e a segunda pela concepção de uma natureza humana imutável. Consideraria então o autor que, diante de interpretações documentais equivalentes, o caráter pessoal do pesquisador poderá levá-lo tanto a um lado como outro? À primeira vista, parece que sim, mas logo se vira a última página do artigo e essa constatação é por Ginzburg refutada: afirma apenas que, diante do dilema, poderia ter se negado a enfrentá-lo; que o caráter psicológico é um veto a ser superado. Por fim, usa o segundo capítulo da terceira parte de *História noturna*, onde as abordagens morfológica e histórica aparecem, como analogia para sua luta interna, cujo resultado é um entrelaçamento entre as duas perspectivas (Ginzburg, 2007, p.309-310).

Diferentemente, interpreto essa posição como defensiva. É bastante interessante que Ginzburg adentre no terreno da subjetividade e tente desvendar os motivos pessoais (claros ou não) que o levaram a conduzir suas pesquisas da forma que fez. É preciso reconhecer o valor de tal atitude, principalmente quando vinda de um autor tão preocupado em defender a rígida separação entre o trabalho histórico e literário. Sua audácia, entretanto, chega somente até certo ponto, pois impõe um limite a tal subjetividade, que não pode assim ser declaradamente o fio condutor de seu trabalho. Talvez nesse ponto seu desejo da defesa da História como ofício autônomo seja tão forte que o impeça de adentrar mais profundamente nos limiares tortuosos entre o verdadeiro e o fictício, vistos da perspectiva subjetiva, pelo menos.¹⁰

¹⁰ A figura de seu pai é excepcionalmente emblemática para entender esse ponto de tensão/(des)encontro entre história e ficção em Ginzburg, já que seu genitor foi professor de literatura, a quem o autor explicitamente associa o historicismo. As possibilidades de interpretação dessa concomitância são muitas. A falta de mais dados

Sinais - Revista Eletrônica – Núcleo de Estudos e Pesquisas Indiciárias, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, Brasil. ISSN: 1981-3988. Email: revistasinais@gmail.com

Referências

COELHO, Claudio M. (2006). "Raízes do paradigma indiciário". In: Rodrigues, Márcia Barros Ferreira (Org.). *Exercícios de Indiciarismo*. 1.ed. v.6. Vitória: GM Gráfica & Editora. pp.9-39.

GINZBURG, Carlo (1988). *Os andarilhos do bem: feitiçaria e cultos agrários nos séculos XVI e XVII*. São Paulo: Cia das Letras.

_____. (1989). *Mitos, emblemas e sinais*. São Paulo: Cia das Letras.

_____. (1991). *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel.

_____. (2007). *O fio e os rastros*. São Paulo: Cia das Letras.

_____. (2012). *História Noturna*. São Paulo: Cia das Letras.

HISTÓRIA E CULTURA (1990). "Conversa com Carlo Ginzburg". In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.3, n.6, pp.254-263.

LIMA, Jose Adil Blanco (2008). *Das mentalidades à micro-história: a trajetória de Ginzburg*. Monografia em História apresentada ao setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, UFPR, Curitiba.

RODRIGUES, Márcia Barros Ferreira (2005). *Razão e sensibilidade: reflexões em torno do paradigma indiciário*. Dimensões - Revista de História da UFES, Vitória, n.17, pp.213-221.

TILLY, Charles (2012). *A história social anglo-americana desde 1945*. Tempo Social – Revista de Sociologia da USP, v.24, n.2, pp.13-31.

documentais, entretanto, impossibilita análise mais profunda sobre esse ponto, o que poderá ser remediado em trabalho futuro.

Sinais - Revista Eletrônica – Núcleo de Estudos e Pesquisas Indiciárias, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, Brasil. ISSN: 1981-3988. Email: revistasinais@gmail.com